

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	-----------

1

FLEXIBILIZAÇÃO.....	25
1.1. Definição	25
1.2. Flexibilização da norma	27
1.3. Flexibilizar a interpretação e a aplicação da norma	31
1.3.1. Pejotização. Inversão do ônus da prova. Autonomia de vontade do trabalhador hipersuficiente. Posicionamento do STF	33
1.4. Flexibilização legal – imposta pela via legislativa.....	36
1.4.1. Do empregado hipersuficiente	37

2

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	41
2.1. Direito Processual.....	41
2.2. Direito Processual do Trabalho.....	42
2.2.1. Conceito.....	42
2.2.2. Autonomia.....	42

3

PRINCÍPIOS, PECULIARIDADES E TÉCNICAS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	45
3.1. Princípios	45
3.1.1. Princípios Constitucionais e Gerais de Processo	46
3.1.1.1. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.....	46
3.1.1.2. Princípio da isonomia.....	46
3.1.1.3. Princípio da ampla defesa e do contraditório.....	48
3.1.1.4. Princípio da motivação das decisões – art. 93, IX da CF/88 e art. 11 do CPC.....	48
3.1.1.5. Princípio do devido processo legal – art. 5º, LIV...	49
3.1.1.6. Princípio da legalidade	50
3.1.1.7. Princípio da duração razoável do processo – art. 5º, inc. LXXVIII, da CF e art. 4º do CPC.....	50

3.1.1.8.	Princípio da boa-fé processual – art. 5º do CPC e 793-A da CLT.....	50
3.1.2.	Princípios peculiares do Direito Processual do Trabalho.....	51
3.1.2.1.	Conciliabilidade.....	52
3.1.2.2.	Tolerância processual.....	53
3.1.2.3.	Proteção.....	54
3.1.3.	Peculiaridades	55
3.1.3.1.	<i>Jus Postulandi</i> – dos sujeitos da relação de emprego.....	55
3.1.3.2.	Poder Normativo – dos Tribunais Trabalhistas.....	70
3.1.3.3.	Subsidiariedade e Supletividade	73
3.1.3.4.	Impulso <i>ex officio</i> do processo.....	78
3.1.4.	Técnicas.....	79

4

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	81
4.1. Varas do Trabalho e Juízos de Direito	81
4.2. Tribunais Regionais do Trabalho	82
4.3. Tribunal Superior do Trabalho	85
4.4. Conselho Superior da Justiça do Trabalho.....	85

5

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	87
5.1. Competência Absoluta x Competência relativa.....	88
5.2. Competência material.....	90
5.2.1. Conceito.....	90
5.2.2. Objeto.....	91
5.2.2.1. Ações decorrentes de acidente de trabalho.....	93
5.2.2.2. Responsabilidade civil do empregador.....	96
5.2.2.3. Competência em matéria criminal.....	97
5.3. Competência pessoal.....	98
5.3.1. Conflitos decorrentes de uma relação de consumo.....	101
5.3.2. Servidor Público	104
5.4. Competência territorial.....	105
5.4.1. Exceções	107
5.4.2. Relativização da regra do art. 651, caput, da CLT. Princípio do acesso à justiça.....	109
5.4.3. Exceção de incompetência territorial.....	111
5.5. Competência funcional.....	114

6

SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS	117
6.1. Linhas Gerais.....	117
6.2. Classificação	118
6.2.1. Autocomposição.....	118
6.2.2. Heterocomposição	120
6.2.2.1. Arbitragem	120
6.3. Transação	125
6.3.1. Judicial.....	125
6.3.1.1. A Lide Estimulada na Justiça do Trabalho.....	125
6.3.2. Extrajudicial.....	127
6.4. Transação extrajudicial nas relações individuais do trabalho	127
6.4.1. Definição	127
6.4.2. Via alternativa para prevenção de conflitos individuais do trabalho	127
6.4.3. Efeitos jurídicos	128
6.4.4. Papel do Judiciário	129
6.4.5. A transação e a vigência do contrato	130
6.4.6. Compatibilidade com a Legislação Trabalhista	132
6.4.6.1. Fraude – nulidade.....	132
6.4.6.2. Transação como forma de extinção do contrato – exigências	132
6.4.6.3. Discriminação das parcelas e valores	133
6.4.6.4. Homologação de acordo extrajudicial – Processo de jurisdição voluntária.....	137
6.4.6.5. Quitação – súmula 330 do TST	139
6.4.6.6. Formas mais comuns de transação extrajudicial..	140
6.4.6.7. Termo de transação extrajudicial – título executivo	146

7

AÇÃO, PROCESSO E PROCEDIMENTO	149
7.1. Considerações introdutórias.....	149
7.2. Conceitos	149
7.2.1. Ação	149
7.2.2. Processo	150
7.2.3. Procedimento.....	150
7.3. Classificação das ações	151
7.3.1. Conhecimento	151
7.3.2. Ações Executórias	152

7.4.	Estrutura do processo.....	154
7.4.1.	Procedimentos.....	154
7.4.1.1.	Procedimento ordinário x procedimentos especiais.....	156
7.4.1.1.1.	Procedimento Ordinário.....	157
7.4.1.1.2.	Procedimento Sumaríssimo.....	164
7.4.1.1.3.	Procedimento de alçada ou sumário ...	167
7.5.	Prazos processuais.....	168
7.5.1.	Da contagem dos prazos processuais.....	168
7.5.2.	Das hipóteses de suspensão e interrupção dos prazos processuais.....	171
7.5.3.	Dos privilégios de prazo.....	173

8

DAS PARTES – REPRESENTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	175	
8.1.	Conceito.....	175
8.2.	Pressupostos processuais.....	176
8.3.	Sucessão processual.....	181
8.4.	Substituição processual.....	183
8.5.	Representação das partes no processo do trabalho.....	193

9

PETIÇÃO INICIAL.....	199	
9.1.	Conceito e importância.....	199
9.2.	Forma.....	199
9.3.	Prazo prescricional da ação trabalhista e a petição inicial.....	205
9.4.	Julgamento antecipado da causa.....	211
9.5.	Requisitos objetivos da petição inicial.....	213
9.6.	Requisitos subjetivos da petição inicial.....	222
9.7.	Modificações da petição inicial.....	223
9.8.	Inépcia e indeferimento da petição inicial.....	225

10

RESPOSTA DO RÉU.....	227	
10.1.	Modalidades.....	227
10.1.1.	Das exceções.....	229
10.1.1.1.	Procedimento.....	237
10.1.2.	Contestação.....	239

10.1.2.1.	Requisitos.....	239
10.1.2.2.	Regras Gerais	240
10.1.2.3.	Estrutura da Defesa.....	242
10.1.2.3.1.	Preliminares	242
10.1.2.3.2.	Prejudiciais de Mérito	243
10.1.2.3.3.	Defesa Direta de Mérito: ataque à pretensão	244
10.1.2.3.4.	Requerimentos Cautelares	245
10.1.3.	Reconvenção.....	247

11

AUDIÊNCIA TRABALHISTA	251
11.1. CONCEITO E PECULIARIDADES	251
11.2. REQUISITOS	253
11.3. PRESENÇA das partes	256
11.4. Ausência das partes	259
11.4.1. Audiência inaugural	259
11.4.1.1. Ausência do reclamante.....	260
11.4.1.1.1. Postura dos advogados	262
11.4.1.2. Ausência do reclamado.....	263
11.4.1.2.1. Postura dos advogados	269
11.4.2. Audiência de instrução	269
11.4.2.1. Postura dos advogados	270
11.4.3. Razões finais e sentença.....	271

12

PROVAS.....	273
12.1. Conceito	273
12.2. Meios de produção de provas.....	274
12.2.1. Prova documental	274
12.2.1.1. Da arguição de falsidade documental ..	278
12.2.2. Depoimento pessoal.....	279
12.2.3. Prova técnica ou pericial.....	283
12.2.4. Prova testemunhal.....	287
12.2.5. Prova emprestada	292
12.2.5.1. A prova testemunhal emprestada produzida em Inquérito Judicial e sua utilização em processo judicial	293

12.3.	Ônus da prova.....	294
12.3.1.	Regras de distribuição do ônus da prova.....	297
12.4.	A revelia e a produção probatória.....	303

13

RECURSOS TRABALHISTAS	305	
13.1.	Conceito	305
13.2.	Meio de impugnação direto e indireto.....	306
13.3.	Classificação dos Atos Judiciais.....	306
13.4.	Recorribilidade das decisões interlocutórias	308
13.4.1.	Exceções	309
13.5.	Juízo de admissibilidade.....	310
13.6.	Efeitos Principais	316
13.6.1.	Efeito suspensivo.....	316
13.6.2.	Efeito devolutivo.....	321
13.6.3.	Efeito regressivo	325
13.7.	Requisitos de admissibilidade.....	326
13.7.1.	Tempestividade – prazo.....	326
13.7.2.	Representação regular – mandato tácito	331
13.7.3.	Preparo	335
13.7.3.1.	Depósito recursal	336
13.7.3.1.1.	Posição dos Tribunais Trabalhistas...	344
13.7.3.2.	Custas	345
13.7.3.2.1.	Posição dos Tribunais.....	348
13.7.3.3.	Forma – Art. 899 da CLT	348
13.7.3.4.	Legitimidade.....	350
13.7.3.5.	Fundamentação.....	352
13.7.3.6.	Recorribilidade da decisão.....	354
13.7.3.7.	Interesse.....	354
13.7.3.8.	Repercussão geral – pressuposto do Recurso Extraordinário	356
13.8.	Modalidades	357
13.8.1.	Embargos de declaração	357
13.8.1.1.	Efeito interruptivo dos embargos declaratórios....	360
13.8.1.2.	Embargos e prequestionamento.....	362
13.8.1.3.	Embargos protelatórios e multa	363
13.8.2.	Recurso ordinário	364
13.8.2.1.	Noções gerais/cabimento.....	364
13.8.3.	Recurso de revista.....	369
13.8.3.1.	Hipóteses de cabimento	372

	13.8.3.1.1. Fase de conhecimento – rito ordinário.....	372
	13.8.3.1.2. Fase de conhecimento – rito sumaríssimo	377
	13.8.3.1.3. Fase de execução	378
	13.8.3.1.4. Transcendência	379
	13.8.3.2. Pressupostos específicos de admissibilidade do art. 896, §1º-A, da CLT	381
	13.8.3.3. Procedimento.....	383
	13.8.3.4. Incidente de Recurso de Revista Repetitivo.....	384
	13.8.3.5. Incidente de Uniformização de Jurisprudência.....	386
13.8.4.	Recurso de embargos	387
	13.8.4.1. Embargos de divergência.....	388
	13.8.4.2. Embargos infringentes.....	391
13.8.5.	Agravos	392
	13.8.5.1. Agravo de instrumento	393
	13.8.5.1.1. Procedimento.....	398
	13.8.5.1.2. Peculiaridades	400
	13.8.5.1.3. Posição dos Tribunais Trabalhistas... ..	402
	13.8.5.2. Agravo regimental.....	403
	13.8.5.3. Agravo de petição	405

14

EXECUÇÃO TRABALHISTA	409
14.1. Introdução.....	409
14.2. Autonomia.....	411
14.3. Competência.....	413
14.4. Requisitos para execução	413
14.5. Dos títulos executivos	414
14.5.1. Títulos Executivos Judiciais.....	414
14.5.2. Títulos Executivos Extrajudiciais.....	415
14.6. Legislação supletiva aplicável	416
14.6.1. Lei 6.830/80 e sua aplicação no Processo do Trabalho.....	417
14.6.1.1. Sujeitos passivos da execução – artigo 4º.....	417
14.6.1.2. Petição Inicial – artigo 6º	418
14.6.1.3. Citação – artigo 8º	418
14.6.1.4. Garantia da Execução – artigo 9º	418
14.6.1.5. Pedido de remoção do bem penhorado – artigo 11, §3º.....	421
14.6.1.6. Intimação do cônjuge – artigo 12, §2º.....	421

14.6.1.7.	Avaliação dos bens penhorados – artigo 13.....	421
14.6.1.8.	Registro da penhora – artigo 14.....	422
14.6.1.9.	Substituição da penhora – artigo 15	422
14.6.1.10.	Embargos à execução – artigos 16, 18 e 20	423
14.6.1.11.	Leilão global ou em lotes – artigo 23, §1º.....	423
14.6.1.12.	Adjudicação – artigo 24.....	424
14.6.1.13.	Reunião de ações – artigo 28	424
14.6.1.14.	Privilégios do crédito trabalhista – artigos 29 e 30.....	425
14.6.1.15.	Dispensa do revisor – artigo 35	425
14.6.1.16.	Suspensão da execução – artigo 40	425
14.7.	ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	426
14.8.	LEGITIMIDADE	427
14.9.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	427
14.9.1.	Liquidação da sentença – requisito prévio para início da execução	428
14.9.1.1.	Da Ordem imperativa do Art. 879, Caput, da CLT	431
14.9.1.2.	Violação do princípio do contraditório.....	432
14.10.	Métodos liquidatórios.....	434
14.10.1.	Liquidação por cálculo	435
14.10.1.1.	Do Procedimento.....	435
14.10.2.	Liquidação por artigos (pelo procedimento comum).....	436
14.10.2.1.	Procedimento.....	438
14.10.3.	Liquidação por arbitramento	439
14.10.3.1.	Procedimento	440
14.11.	Procedimento da execução	441
14.11.1.	Da garantia da execução	442
14.11.1.1.	A penhora de dinheiro online (BACEN-JUD) e o Princípio da Razoabilidade	444
14.12.	Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	457
14.12.1.	Obrigatoriedade de Incidente. Nulidade do Processo	458
14.13.	Embargos do devedor	459
14.13.1.	Natureza Jurídica.....	459
14.13.2.	Espécies.....	460
14.13.2.1.	Embargos à penhora – Art. 884, §3º, da CLT	461
14.13.2.2.	Embargos à execução	461
14.13.2.3.	Oportunidade.....	467
14.13.2.4.	Prazo	470
14.14.	Impugnações do Credor	472
14.15.	Agravo de Petição.....	472
14.16.	Atos de alienação e expropriação	474
14.16.1.	Avaliação	474

14.16.2.	Leilão	476
	14.16.2.1. Arrematação – Lanço vil.....	477
14.16.3.	Adjudicação.....	479
	14.16.3.1. Embargos à adjudicação e à arrematação	480
	14.16.4. Da Remição.....	480
14.17.	Execução contra a Fazenda Pública.....	481
	14.17.1. Delimitação	481
	14.17.1.1. Natureza jurídica.....	482
	14.17.2. Tratamento diferenciado	482
	14.17.3. Competência.....	483
	14.17.4. Procedimento.....	483
	14.17.4.1. Liquidação	484
	14.17.4.2. Citação para oferecer embargos	484
	14.17.4.3. Prazo para oferecimento dos embargos.....	485
	14.17.4.4. Sentença	485
	14.17.5. Pagamento.....	486
	14.17.6. Precatório	487
	14.17.6.1. Definição	487
	14.17.6.2. Procedimento.....	488
	14.17.6.3. Sequestro	491

15

DISSÍDIO COLETIVO	493	
15.1. Dissídio Coletivo.....	493	
15.2. Enquadramento sindical.....	494	
15.3. Objeto.....	495	
15.4. Legitimidade	495	
15.5. Procedimento do dissídio	497	
	15.5.1. Do Conflito Coletivo.....	497
	15.5.2. Poder Normativo	502
	15.5.3. Anuência das partes como requisito para o dissídio	504
	15.5.4. Inconstitucionalidade.....	505
	15.5.5. Do procedimento propriamente dito.....	507
15.6. Dissídios de greve	508	
BIBLIOGRAFIA	511	
 ANEXO SÚMULAS E ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TST E SÚMULAS DO STF E STJ RELATIVAS AO PROCESSO DO TRABALHO.....	519	